



## **GRUPOS ESCOLARES NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ (1910-1971)<sup>1</sup>**

Flávio Massami Martins Ruckstadter<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este texto analisa a criação de grupos escolares no Norte Pioneiro do Paraná entre os anos de 1910 e 1971. O recorte temporal considera como ponto de partida o ano de começo das obras de construção do primeiro edifício destinado a abrigar uma escola deste tipo na região (o Grupo Escolar Custódio Raposo, de Jacarezinho) e como marco final o ano de promulgação da lei federal n. 5692, que deu início à extinção dessas escolas em todo o território nacional. Com base em documentação disponível no Arquivo Público e nos Núcleos Regionais de Educação do Estado do Paraná, foi possível produzir um guia de grupos escolares existentes no período e das fontes disponíveis para seu estudo histórico. Neste texto, apresentamos estes dados de maneira contextualizada, o que implicou analisar a criação dos grupos escolares e, por conseguinte, a institucionalização da educação primária na região como resultados de um movimento que é regional, e por isso apresenta suas especificidades locais, mas que não deve ser compreendido de forma desarticulada do processo nacional de interiorização da educação, como expressão e parte de um projeto sustentado a partir de um discurso de progresso e modernização, típico do período em questão.

**Palavras-chave:** Grupos escolares. Norte Pioneiro do Paraná. Fontes para a história da educação. Instrução primária. Século XX.

## **PRIMARY SCHOOLS IN PIONEER NORTH OF PARANÁ STATE (1910-1971)**

### **Abstract**

This text analyses the creation of the Primary Schools in the Pioneer North of Paraná State between 1910 and 1971. The temporal cut considers as starting point the year of the beginning of the construction of the first building used to place a school of this type in the region (the Custódio Raposo Primary School) and as final mark the year of Federal Law number 5692 promulgation, which started the extinction of these schools in all national territory. Based on documentation available on the Public Archive and on the Regional Centers of Education of Paraná State, it was possible to produce a guide of the existing Primary Schools and the historical sources available to their study. On this text, these data are presented in a contextualized way, which implied to analyze the creation of the Primary Schools and therefore the institutionalization of primary education in the region as results of a movement that is regional, and because of that presents its local particularities, but that does not have to be understood separated of the national process of the education



internalization, as an expression and part of a project sustained by a progress and modernization discourse, characteristic of that time.

**Keywords:** Primary school. Pioneer North of Paraná State. Sources for the history of education. Primary instruction. 20th century.

## **GRUPOS ESCOLARES EN EL NORTE PIONERO DEL PARANÁ (1910-1971)**

### **Resumen**

Este texto analiza la creación de los *grupos escolares* en el Norte Pionero del Paraná entre los años de 1910 y 1971. El recorte temporal considera como punto de partida el año de comienzo de las obras de construcción del primer edificio destinado a abrigar una escuela de este tipo en la región (El *Grupo Escolar* Custódio Raposo, de Jacarezinho) y como marco final el año de promulgación de la ley federal n. 5692, que dio inicio a la extinción de esas escuelas en todo el territorio nacional. Con base en documentación disponible en el Archivo Público y en los Núcleos Regionales de educación del estado del Paraná, fue posible producir una guía de *grupos escolares* existentes en el periodo e de las fuentes disponibles para su estudio histórico. En este texto, presentamos estos datos de manera contextualizada, lo que implicó analizar la creación de los *grupos escolares* e, por consiguiente, la institucionalización de la educación primaria en la región como resultados de un movimiento que es regional, y por eso presenta sus especificidades locales, pero que no se debe ser comprendido de forma desarticulada del proceso nacional de interiorización de la educación, como expresión y parte de un proyecto sustentado a partir de un discurso de progreso y modernización, típica del periodo en cuestión.

**Palabras clave:** Grupos escolares. Norte Pionero del Paraná. Fuentes para la historia de la educación. Instrucción primaria. Siglo XX.

### **INTRODUÇÃO**

A instrução primária materializada nos grupos escolares tem se constituído como um objeto de investigação dos mais privilegiados pela historiografia educacional brasileira. Uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES pela palavra-chave “grupo escolar”, por exemplo, retorna um total de 262 teses ou dissertações defendidas na área de Educação<sup>3</sup>. De acordo com Rosa Fátima de Souza (2012), a historiografia educacional sobre o tema tem se edificado em torno de algumas questões sobre aspectos diversificados, tais como: qual o significado político, educacional e sociocultural dessa escola modelar do início do período republicano no Brasil? O que herdamos desse tipo de escola, extinto há quase meio século?



Por que essas escolas se enraizaram no imaginário social brasileiro como sendo a “escola de verdade”? Por quais transformações essa escola passou ao longo do século XX?

Os grupos escolares constituíram no final do século XIX uma inovação na instrução pública brasileira. Como fenômeno eminentemente urbano<sup>4</sup>, seus prédios – construídos especialmente para fins educacionais – erguiam-se nas praças ou ruas centrais das cidades, destacando-se entre outros edifícios vistosos, como a igreja, a Câmara Municipal ou as residências das famílias mais poderosas. Criadas para reunir as escolas isoladas – anteriormente também chamadas de escolas de primeiras letras – estas instituições inovaram ao instituírem a figura do diretor, ao reunirem vários professores em um mesmo prédio e ao inaugurarem o regime seriado. Diferentemente das escolas isoladas, nas escolas graduadas o agrupamento dos estudantes passou a se dar de acordo com o grau ou a série em que se encontrava, o que implicava uma progressividade da aprendizagem. (SAVIANI, 2006).

Há consenso dos pesquisadores quanto ao pioneirismo do estado de São Paulo na implantação dos grupos no início da República, do mesmo modo que tem sido apontada a característica modelar que a reforma implantada pelos paulistas teve para outros estados da federação. Entretanto, considerando que a difusão da instrução primária pelo modelo de grupos escolares se efetivou em várias partes do Brasil a partir de realidades distintas, ainda há muito o que pesquisar. Dessa forma, este texto foi organizado em torno do seguinte questionamento: como se deu o processo de implantação de grupos escolares no Norte Pioneiro do Paraná, uma região do estado pouco coberta por pesquisas em História da Educação?

Antes de tratar deste tema, duas considerações se fazem necessárias. A primeira delas, de ordem teórico-metodológica, diz respeito a qual perspectiva de análise do processo histórico este texto adota, ao optar por um estudo regional. Entende-se que as investigações sobre o local e o regional são importantes, conforme Saviani (2012), pois além de permitirem conhecer as particularidades, tornam-se exigência para o conhecimento efetivo da própria totalidade, aqui entendida não somente como a soma das partes, mas também da articulação que entre elas se estabelece. Sem isso, o nacional se reduz a mera abstração ou então a manifestação regional mais influente é tomada como nacional. Esta consideração é importante, pois é a partir deste enfoque que se propõe analisar a expansão dos grupos escolares na região nordeste do território paranaense.

A segunda consideração trata do território propriamente dito, o chamado Norte Pioneiro do Paraná e de sua denominação<sup>5</sup>. Ao longo do último século, dividiu-se o Norte do estado em três partes, a partir da associação de fases de (re)ocupação histórica a determinadas áreas geográficas. À medida que a colonização avançou pela região no sentido do nordeste para o noroeste, entre meados do século XIX e ao longo do século XX, foi se convencendo a separação em Norte Velho (aquele que foi colonizado primeiro – situado



no nordeste do estado), Norte Novo e Norte Novíssimo (o que foi colonizado por último – situado no noroeste do estado).

O adjetivo “velho” usado para designar a região, no entanto, parecia incomodar a elite econômica e política no momento em que as “novas” áreas de colonização ganhavam importância nos cenários regional e nacional, isto é, na segunda metade do século passado. Causava incômodo, especialmente pelo sentido pejorativo atribuído à “velho”, como algo ultrapassado em oposição ao “novo”, neste caso entendido como moderno e, conseqüentemente, melhor. Em uma reunião de presidentes de associações rurais, no dia 19 de março de 1964, em Jacarezinho, o ex-prefeito de um dos municípios da região, teria sugerido que se passasse a utilizar “Norte Pioneiro”, em vez de “Norte Velho”:

[...] porque é esta nossa Região realmente merecedora deste título certo, desta denominação certíssima, quando sabemos, e a história nos confirma, que foram os velhos municípios desta Região [...] os desbravadores pela valentia e audácia de seus filhos, das demais Regiões, hoje Eldorado do Paraná, que compreendem o Norte Novo, Novíssimo e até o Oeste da Terra dos Pinheirais. (SOUZA, 2007, p. 10).

Desse modo, “pioneiro” remeteria ao desbravador que por sua “valentia” e “audácia” abriu o caminho para o Eldorado paranaense<sup>6</sup>. Aos poucos, a nomenclatura se difundiu aparecendo em discursos políticos e em outros meios, como no rádio, por exemplo, e parece estar bem difundida, pois qualquer pessoa com um pouco de instrução dela se utiliza e concorda com a sua delimitação territorial. (WACHOWICZ, 1987).

A ideia de pioneiro que remete ao desbravador de terras virgens é um aspecto importante na constituição da identidade da região que merece, no entanto, uma análise mais aprofundada. Como são poucos os trabalhos acadêmicos que investigam a história desse espaço, repete-se em obras e estudos memorialistas tradicionais a noção de que as terras estavam desocupadas e à espera da colonização “pioneira”, sinônimo de progresso e modernidade naquele contexto. Este processo, identificado como um mito de “vazio demográfico” (MOTA, 2009), contribuiu para o apagamento de outras memórias e histórias de populações que também constituíram a região, sobretudo as indígenas e aquelas de pequenos proprietários. Dessa maneira, embora utilizemos a nomenclatura “Norte Pioneiro”, não concordamos pois, com a tradição que a associa à modernização e ao progresso advindos com a colonização, em detrimento da história e das memórias das populações que habitaram o espaço em outros momentos.

Em outro sentido, esse movimento de colonização desde meados do século XIX pode ser analisado como processo de integração da região à expansão do capital no Brasil que foi planejado e executado por diferentes setores da sociedade e pelo Estado. Neste trabalho, tal processo é abordado como sendo de (re)ocupação, uma vez que entendemos, assim como Tomazi (1997), que há diferença entre ocupar e (re)ocupar. Desse modo, considerando que toda a região Norte do Estado estava ocupada muito antes do século XIX, por populações



indígenas, especialmente as Xetá e Kaingang, que faziam uso das terras para o desenvolvimento de suas sociedades, houve um processo de (re)ocupação no período em questão.

Diante destas considerações iniciais sobre os estudos regionais e o caso específico da região analisada, este texto apresenta uma discussão sobre a difusão dos grupos escolares pelos municípios do Norte Pioneiro no período de sua (re)ocupação, isto é, desde o início do século XX, até o ano de 1971, quando a Lei Federal n. 5692 deu início ao processo de extinção destas escolas de instrução primária. Assim, a discussão foi dividida em três partes que compreendem uma análise do nacional ao local: primeiramente a criação do modelo de grupo escolar durante a República Velha; em seguida, a disseminação do modelo no estado do Paraná; e, finalmente, dados dos grupos escolares na região, produzidos a partir de documentação disponível no Arquivo Público do Paraná (Relatórios de Governadores e Secretários de Estado, Mensagens de Governo) e de documentação disponível nos sítios eletrônicos das escolas estaduais (Históricos das Instituições e Projetos Político-Pedagógicos).

## **UMA NOVA ESCOLA PARA UM NOVO REGIME: OS GRUPOS ESCOLARES NO INÍCIO DA REPÚBLICA**

O modelo de instrução primária inaugurado pelos grupos escolares brasileiros no final do século XIX, mais precisamente, em 1893 no estado de São Paulo, reunia as características da escola graduada que já se havia implantado naquele contexto em várias partes do chamado mundo desenvolvido. Com estas instituições e a partir delas, difundiram-se a classificação pelo nível de conhecimento, o ensino simultâneo, a racionalização curricular, o controle, a distribuição orientada do tempo, o sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e o edifício escolar.

Tais características que se repetiram em vários países – guardadas as devidas peculiaridades regionais – são indicativas da circulação de um determinado modelo cultural típico da institucionalização da instrução primária que atingiu todo o Ocidente nos séculos XIX e XX. Nos Estados Unidos da América e em muitos países da Europa, a universalização do ensino primário era um fenômeno praticamente consolidado por volta de 1890, quando a quase totalidade de crianças em idade escolar frequentavam escolas. Naquele ano, na Alemanha, por exemplo, somente 0,35% de meninos e 0,18% de meninas estavam fora da escola. Além disso, “Por toda a parte onde foi implantado, esse novo modelo de escola primária foi instituído como símbolo de modernização do ensino, em sintonia com expectativas em relação ao desenvolvimento social e econômico.” (SOUZA, 2014, p. 107).

Se a situação nas nações europeias mais desenvolvidas e nos Estados Unidos era de praticamente universalização do atendimento das crianças em idade escolar por sistemas públicos de educação, no Brasil, por outro lado, as condições do ensino eram precárias no



momento de transição do Império para a República: poucas escolas, poucos professores, formação inadequada, espaços impróprios, com mobiliário, material didático e investimentos insuficientes.

De acordo com Saviani (2014), na transição para a República a linha geral dos debates apontava na direção da construção de um sistema nacional de ensino, a exemplo de alguns países europeus e de alguns países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai. Além disso, emergia a tendência a considerar a escola como chave para a solução dos problemas da sociedade. Todavia, com a instalação do novo regime, o governo central não assumiu a tarefa de organizar, instalar e manter as escolas primárias e a própria Constituição Federal de 1891 legitimava o descaso ao ser omissa sobre o papel da União acerca do assunto.

Sem uma unidade, coube ao estado de São Paulo iniciar as ações de organização e implantação da instrução pública. Este pioneirismo por meio da reforma de ensino que culminou com a criação dos grupos escolares em 1893 é analisado por vários autores e há certo consenso quanto à influência que o “modelo paulista” possa ter exercido em outras unidades da federação. Marta Maria Chagas de Carvalho (2011b), por exemplo, avalia que a escola paulista foi erigida como signo do progresso instalado pela República. Para a autora, isto constituía também um dispositivo de luta e legitimação na consolidação da hegemonia política e econômica deste estado e o resultado bem-sucedido foi o fato de que o ensino paulista se constituiu como sistema modelar em dois sentidos: “[...] na lógica que presidiu a sua institucionalização e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados.” (2011b, p. 225).

A institucionalização do modelo escolar paulista pressupunha a existência de uma Escola Modelo anexa à Escola Normal onde se formariam os professores. Nesse espaço, os futuros mestres seriam capazes de observar as crianças e aprender como educá-las. O aprendizado a partir da visibilidade e imitabilidade das práticas pedagógicas deveria ser capaz de propagar métodos de ensino e práticas de organização da vida escolar, ao mesmo tempo que se difundiam procedimentos de vigilância e orientação por meio da inspeção escolar com vistas à uniformidade e institucionalização do sistema como um todo.

O modelo escolar que se pretendia, deveria se diferenciar daquele existente no Império. A República exigia uma nova escola para um novo regime. Em outras palavras, a educação republicana deveria possuir edifícios próprios especificamente construídos para finalidades educativas, materiais didáticos e mobiliário adequado, pessoal docente qualificado e modernos métodos pedagógicos. Desse modo, seu sucesso dependia da articulação de quatro fatores: (1) formação de professores inspirada por novos métodos pedagógicos; (2) em Escola Normal com uma Escola de Aplicação anexa; a (3) existência dos grupos escolares devidamente equipados; (4) vigilância e fiscalização do trabalho desenvolvido nas escolas.



Havia, no entanto, grandes dificuldades – especialmente financeiras – para suprir e atender a este conjunto de condições e, como consequência, a disseminação do modelo paulista para outros lugares nas três primeiras décadas do regime republicano foi lenta. Depois de São Paulo, Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte (1908), Espírito Santo (1908), Santa Catarina (1911) e Paraíba (1916) são alguns dos Estados que instalaram grupos escolares. Este processo de expansão foi marcado por ambiguidades e envolveu atração, repúdio e apropriações diversas. Dessa maneira:

[...] as peculiaridades regionais, os conflitos políticos locais, as soluções circunstanciais – algumas bastante criativas – e o ritmo de incorporação das inovações dão a ver a sobrevivência de instituições escolares muito mais próximas das escolas de primeiras letras do século XIX que da modernidade que se almejava implantar. (SOUZA, 2014, p. 111).

De modo geral, o movimento republicano de organização da escola primária no Brasil teve um profundo significado político, social e cultural. Souza (2006) observa que a luta pela instrução pública representava, pelo menos na teoria, a possibilidade de difundir democraticamente para a população o acesso à leitura e à escrita por meio da propagação de uma instituição educativa comprometida com os ideais da República e com a modernização da sociedade brasileira.

Na prática, no entanto, os grupos foram se constituindo como escolas mais eficientes, para formarem as elites e não o povo. Saviani (2014) argumenta que, do ponto de vista pedagógico, a implantação da graduação do ensino conduziu a uma divisão mais eficiente do trabalho escolar pois, ao formar classes homogêneas com alunos de mesmo nível de aprendizagem, isto possibilitava melhor rendimento. Em contrapartida, levava a mecanismos de seleção mais refinados, com elevados padrões de exigência que dificultavam a progressão dos alunos, além de promoverem evasão. Com isso, a educação do povo não era vislumbrada – excetuando-se nos discursos oficiais – nos sistemas estaduais de ensino e somente emergiria nos anos 1920, a partir da Reforma de Sampaio Dória<sup>7</sup> em São Paulo, e posteriormente em outros Estados. Em comum, tais reformas se apresentariam como dispostas a enfrentar o problema do analfabetismo.

A análise histórica sobre o papel cumprido pelos grupos escolares no início da República deve considerar o aparecimento, naquele contexto, de um entusiasmo pela escolarização e de um marcante otimismo pedagógico. Segundo Jorge Nagle (2009), por um lado existia a crença de que com a multiplicação de instituições escolares e, consequentemente, com a disseminação da educação escolar, seria possível incorporar grandes camadas da população brasileira na senda do progresso, colocando o país no caminho das grandes nações mundiais. Por outro, existia uma crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização – nomeadamente o escolanovismo – indicariam o caminho para a formação do novo homem brasileiro. Estas crenças se integram a partir de um determinado momento e nos anos de 1920, sustentam a tese de que a sociedade



brasileira poderia ser reformada pela educação do homem, isto é, por sua devida escolarização. Escolarização passa a ser vista como “motor da história” e desse entusiasmo e otimismo, procurando responder aos desafios propostos pelas transformações sociais, aparecem amplas discussões e frequentes reformas estaduais do ensino.

Em que pesem o clima de “entusiasmo pela educação” e a existência de um modelo cultural em circulação, não se deve supor que a expansão e consolidação dos grupos escolares como instituições que se tornariam sinônimo de instrução primária ao longo do século XX tenham acontecido no mesmo ritmo e com as mesmas características em todos os espaços. As viagens de estudo ao estado de São Paulo e empréstimo e/ou contratação de técnicos e educadores paulistas que se tornaram rotineiros na administração dos responsáveis pela organização da instrução primária em vários estados brasileiros foram importantes para difusão dos grupos pelo país, mas soluções regionais merecem ser analisadas e compreendidas como expressões de um movimento amplo e diverso. Com base nisso, na sequência analisamos o processo de implantação dos grupos escolares no estado do Paraná.

## **OS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES PARANAENSES E A DIFUSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA**

O primeiro Grupo Escolar do estado foi o Dr. Xavier da Silva, construído em Curitiba, em 1903. Ao lado da construção do prédio do Ginásio Paranaense e da Escola Normal em Curitiba, sua construção marcou o início das reformas republicanas da instrução pública<sup>8</sup>, especialmente por ter implantado o ensino seriado. Após sua inauguração, torna-se presente nos discursos de autoridades políticas a ideia de que estas instituições se sobressaem em qualidade às escolas isoladas e que o modelo deveria se expandir por todo o território. Francisco Xavier da Silva<sup>9</sup> (1838-1922), ao escrever para o Congresso Legislativo, no ano de 1904, afirmava serem “[...] intuitivas as vantagens do ensino agrupado [...]” e que seria conveniente construir outros prédios para ele apropriados na capital e cidades mais importantes. (PARANÁ, 1904, p. 7).

Apesar de encontrarmos defesa semelhante da organização dos grupos escolares em mensagens de governo subsequentes, a expansão dessas instituições pelo Paraná na primeira década do século XX se fez de maneira lenta e gradual. Na capital, depois da instalação do primeiro grupo, foram instalados o Grupo Escolar Cruz Machado (1906) e o Grupo Escolar Professor Cleto (1908). No interior, o Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro (1904), o Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, em Palmeira (1907). Apenas na década seguinte é que o ritmo de expansão dos grupos acelera um pouco.

A falta de professores qualificados era apontada como um dos impeditivos para a expansão do número de escolas. “Procurar o professor não é tarefa fácil”, argumentava o presidente do estado, Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)<sup>10</sup>, ao Congresso Legislativo em 1905. Por esta lógica, sem o bom professor a escola padece e se esvazia; isso





justificaria o investimento prioritário na formação de professores, isto é, na Escola Normal. (PARANÁ, 1905).

Dados sobre a precariedade do ensino no Paraná ao final da década de 1900 aparecem na mensagem do presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, em 1909. Das 447 cadeiras de instrução primária disponíveis, 200 estavam desprovidas, por “[...] falta de pessoal idôneo para sua regência.” (PARANÁ, 1909, p. 6). A falta de prédios públicos para funcionamento das escolas também era um problema, assim como a carência de mobília adequada naquelas existentes. Nesse contexto, o Estado possuía somente 12 prédios próprios<sup>11</sup> e as demais instituições funcionavam em edifícios alugados. Além disso, avultado era “[...] o número de crianças que, residindo em paragens distantes das escolas, não podem frequentá-las.” (PARANÁ, 1909, p. 7).

Embora houvesse no discurso a intenção de construir grupos nas principais vilas e cidades (PARANÁ, 1910), as dificuldades vivenciadas no interior e em locais distantes levavam o governo a usar do recurso da subvenção às escolas particulares para ampliar o atendimento à população em idade escolar. (PARANÁ, 1911). Na falta de recursos, o governante comunicava que “[...] não convém desaproveitar [...]” os “[...] apreciáveis serviços que tem prestado ao ensino [...]” as escolas subvencionadas na “[...] luta patriótica contra o analfabetismo.” (PARANÁ, 1913, p. 17).

Além da insuficiência de professores normalistas capacitados para assumirem as aulas, a recusa por parte das professoras para assumir a regência em cadeiras no interior do Estado era um problema recorrente. Na Mensagem de Governo de 1912, a questão foi abordada como justificativa para a contratação de professores subvencionados ou provisórios, mesmo que estes não fossem devidamente qualificados, pois “[...] em todo o caso, ensinam a ler, escrever e as quatro operações elementares da aritmética.” (PARANÁ, 1912, p. 13).

Nesse período, desde a implantação do primeiro grupo escolar no Paraná (1903), o modelo de instrução pública ainda não se encontrava plenamente definido e mesmo os documentos oficiais reconhecem a precariedade do sistema e das escolas do Estado. Em 1915, por exemplo, o presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1864-1935)<sup>12</sup> menciona que os grupos paranaenses não podem ser comparados aos paulistas; seriam ainda semigrupos, nos quais os professores assumiam mais de uma função e, em alguns casos, apenas classes reunidas em um mesmo edifício:

É bem verdade que sem embargo da nova orientação, os nossos grupos não se podem comparar com os do adiantado estado de São Paulo, que dispõem do material técnico indispensável para a obtenção dos resultados ali colhidos, além de competente administração, independentemente do pessoal docente, exclusivamente preocupado com o ensino; mas em todo caso, já dispondo de bons edifícios que satisfazem as condições de conforto, de aeração e de luz, com amplos salões, algum material que vamos paulatinamente adquirindo e sobretudo,



contando com a nunca desmentida dedicação da maioria de nossos professores [...]. (PARANÁ, 1915, p. 25-26).

Foi nesse mesmo ano que se aprovou um Código de Ensino no Paraná. O anterior, de 1901, foi substituído no momento em que o estado buscava uma organização mais eficaz do sistema de ensino, com regras para a organização das escolas simples e dos grupos e semigrupos utilizando a seriação como base. No relatório do Secretário dos Negócios de Interior e Justiça de 1914, podemos ler:

Foram postas em prática, com admirável proveito, alterações de ordem a encaminhar o ensino sob a inspiração de um plano mais consentâneo com os métodos modernos e os adiantados preceitos da pedagogia moderna.

Essas alterações [...] umas estabelecendo a seriação do ensino nas escolas públicas, outras providenciando sobre a particularização do mesmo, concorreram para enveredar de melhor modo a marcha da instrução. (PARANÁ, 1915, p. 15).

Mais de uma década após a inauguração do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba, a seriação do ensino foi, enfim, implantada oficialmente no Estado a partir do Código de 1915<sup>13</sup>. Desde então, ela passaria a ser vista (mas não necessariamente praticada) como elemento importante no sucesso educacional, combinada aos “métodos modernos” e “adiantados preceitos da pedagogia”.

O entusiasmo nos discursos oficiais em relação às vantagens do ensino em grupos escolares, orientados pelos “métodos modernos”, não provocou efetiva reestruturação do ensino primário no Estado, pelo menos até o início dos anos 1920. Os dados apresentados por Affonso Alves de Camargo (1873-1959)<sup>14</sup> em sua mensagem ao Congresso Legislativo ao final de seu mandato em 1920, apontam que o número de escolas isoladas ou reunidas chegava a 573 e o número de Grupos Escolares a 23; destes, 8 estavam já remodelados, 2 estavam em vias de remodelação e 13 ainda não haviam sido remodelados. (PARANÁ, 1920). Ao considerarmos uma média de 4 classes por grupo<sup>15</sup>, poderíamos afirmar que aproximadamente 14% das classes do Estado estavam organizadas em Grupos Escolares. Isto nos fornece uma dimensão dos desafios para criação de Grupos Escolares e para efetiva implantação do sistema seriado, apesar da vigência do Código de Ensino.

Os dados presentes nestas fontes nos permitem identificar o que Souza (2014) classificou como modelo cultural em circulação. As referências ao modelo paulista são exemplares, nesse sentido. Efetivamente, a inspiração no modelo do Estado vizinho foi buscada pelo governo paranaense por dois caminhos. Primeiramente através de expedições de professores ao Estado de São Paulo para aprendizado, como aquela ocorrida no ano de 1916, quando o governo “[...] resolveu mandar a São Paulo diversos professores normalistas para ali estudarem os métodos pedagógicos adotados nos grupos escolares do progressista Estado [...]”. (PARANÁ, 1917b, p. 13). A outra estratégia foi buscar um especialista para promover mudanças no ensino: a solução foi a vinda do professor César Prieto Martinez, que era então diretor da Escola Normal de Pirassununga no interior de São Paulo e que,



emprestado pelo presidente do Estado, assumiu o cargo de Inspetor Geral de Ensino no Paraná em abril de 1920. (PARANÁ, 1921).

Os dois fatos aludidos – a expedição de estudos e a nomeação de César Prieto Martinez como Inspetor Geral de Ensino – marcam a história da educação paranaense, como início de um momento em que as ideias oriundas da pedagogia da Escola Nova passam a influenciar a educação escolar neste estado, conforme análise desenvolvida por Maria Elisabeth Blanck Miguel (2011). De acordo com a autora, entre os anos de 1920 a 1961, há influência do ideário escolanovista na educação paranaense, que pode ser percebida em três fases distintas: (I) o *Início (1920-1938)*, caracterizado pela introdução do ideário escolanovista, reorganização e sistematização da educação escolar existente, (II) a *Consolidação (1938-1946)*, por meio de uma experiência única realizada na Escola de Formação de Professores de Curitiba e (III) a *Expansão (1946-1961)*, que acompanha o desenvolvimento do Estado e consequente aumento do número de escolas pelo território<sup>16</sup>.

A reforma de ensino primário iniciada por César Prieto Martinez a partir do momento em que assumiu a Inspeção Geral de Ensino, consistiu em uma reorganização da rede escolar e racionalização dos meios disponíveis para seu funcionamento. Em sintonia com o movimento nacional de enfrentamento do problema do analfabetismo, como o proposto pela Reforma Sampaio Dória por exemplo, tratava-se de expandir o atendimento escolar. Segundo Miguel (2011), a reforma do ensino primário compreendeu vários fatores, dentre os quais: realocar escolas para as regiões mais necessitadas; autorizar transferências de professores somente fora do período letivo; reorganizar programas e horários escolares; uniformizar os livros didáticos e priorizar a alfabetização.

Alguns dos elementos da reforma aparecem na mensagem de Caetano Munhoz da Rocha, em 1921, menos de um ano após o início da atuação de Prieto Martinez. A alfabetização realizada nas escolas é considerada “muito lenta pelos antigos métodos”, o que exigiria melhor qualificação dos mestres; para isto, o governo organizava palestras pedagógicas para formação de professores e diretores de grupos. A falta de prédios próprios para funcionamento de escolas em cidades importantes do interior é apontada como problema a ser solucionado. A luta contra o analfabetismo recebe uma atenção destacada no texto, e o acesso à leitura e escrita é visto como elemento essencial na correção de alguns problemas, como o triunfo do maximalismo e o revolucionismo na Europa, que são explicados “[...] porque as classes inferiores não receberam a educação que faz da inteligência um laboratório de pensamentos sãos.” (PARANÁ, 1921, p. 98) Nos locais mais distantes os problemas se avolumavam. A dificuldade em fixar professores era um deles, pois muitos pediam remoção para a capital e por isso, o governo cogitava instituir concursos anuais para “[...] uma seleção real e criteriosa [...] para preenchimento das vagas verificadas durante o ano.” (PARANÁ, 1921, p. 95). Além disso, havia reconhecimento de que nem todos poderiam receber a mesma instrução:



Nos grandes centros onde nos é fácil manter e fiscalizar escolas, o povo poderá receber uma instrução completa, inteiramente gratuita, de maneira a satisfazer as necessidades da vida. Nos pequenos, onde as dificuldades de toda espécie se avolumam, podemos simplificar os cursos. Nem por isso deixamos de prestar bons serviços e ir em socorro dessa gente. (PARANÁ, 1921, p. 99).

A lógica presente na reforma paranaense na década de 1920 consistia em ampliar o acesso à educação escolar, inclusive nas regiões mais afastadas da capital, aproveitando os recursos disponíveis de maneira eficaz. Na mensagem presidencial de 1923, Caetano Munhoz da Rocha afirmava que “[...] o ensino público deve ser, pois, encarado sob este duplo aspecto: difusão intensiva e aproveitamento máximo do orçamento para tal fim consignado. Não convém ao Estado um aparelho de luxo, conseqüentemente caro.” (PARANÁ, 1923, p. 124).

É nesse contexto, de interiorização da educação escolar pública paranaense, segundo uma lógica de difusão de escolas com aproveitamento máximo dos recursos orçamentários disponíveis, que se situa a expansão dos grupos escolares no norte do estado. Este processo, no entanto, deve ser associado ao fato de que ao longo daquela década, a produção de café na região começava a ganhar notoriedade, tendo uma participação cada vez maior na economia paranaense. Conseqüentemente, cresceram os núcleos populacionais e os dirigentes políticos paranaenses passaram a se interessar cada vez mais pela região.

## **A IMPLANTAÇÃO DE GRUPOS ESCOLARES NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ (1910-1971)**

Segundo Ruy Wachowicz (1987) os primeiros cafezais começaram a ser plantados no Norte Pioneiro por volta de 1904 em fazendas das cidades de Ribeirão Claro e Jacarezinho. Entretanto, foi nos anos de 1920 com as ações de alguns latifundiários provenientes do interior de São Paulo e Minas Gerais, que a produção começou a ganhar mais corpo. Em posição de destaque nesse contexto estava Antônio Barbosa Ferraz, que fundou com seus filhos e outros produtores a Sociedade Agrícola Barbosa (mais tarde Companhia Agrícola Barbosa). O grupo passou a se orientar pela ideia de que além de produzir, era necessário escoar a produção e para isso, empreenderam esforços na conexão de suas fazendas com a estrada de ferro Sorocabana, em Ourinhos, no estado de São Paulo. Para se ter uma ideia do aumento da produção, às vésperas da grande crise de 1929, o café do norte do estado, já compensava as perdas da produção de outros setores, como da erva-mate que era tradicionalmente uma das principais fontes de arrecadação da economia paranaense. O aumento das exportações desse produto em 1926, por exemplo, superava a soma dos seis exercícios anteriores. (PARANÁ, 1927; PARANÁ, 1928).

Um dos elementos mais significativos na dinamização da economia do norte do Paraná foram as obras da estrada de ferro São Paulo-Paraná. Em 1920, o grupo de Barbosa Ferraz conseguiu a concessão de exploração desta ferrovia junto ao governo do Paraná pelo



prazo de 70 anos. A ideia era construir um traçado que passaria por todo o norte do estado em direção a oeste, até o Rio Paraná, ligando-se ao Paraguai. Sem recursos para prosseguir com as obras, a partir de 1924 os dirigentes atraíram o capital inglês, por meio da *Brazil Plantations Syndicate Ltd*, que no ano seguinte, ao ser registrada em São Paulo, recebeu o nome de **Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)**. (WACHOWICZ, 1987).

A CTNP se tornou a maior acionista da ferrovia São Paulo-Paraná e em poucos anos, já em 1931, os trilhos chegaram às margens do rio Tibagi. Além disso, os ingleses compraram muitas glebas do estado entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí (Norte Novo) e deram início a um processo de (re)ocupação planejada, loteando grandes espaços rurais e vendendo terras à medida que as obras iam avançando<sup>17</sup>.

As ações dos grupos ingleses no norte do Paraná, especialmente com a construção da ferrovia, favoreceram o desenvolvimento da economia da região que combinava a fértil terra roxa e o clima apropriado para o cultivo do café. Apesar da crise de 1929, que no caso brasileiro se abateu fortemente sobre a produção cafeeira, pelo menos até a “geada negra” de 1975, o café foi o principal produto econômico em todo o norte do Paraná. Sua expansão para oeste na região se torna uma chave interpretativa para análise da expansão da instrução primária nesse espaço geográfico.

No total, foi possível identificar a existência de 82 grupos escolares na região. Estes dados foram levantados a partir da documentação consultada e são considerados como preliminares, uma vez que deverão ser complementados em investigações futuras. É provável que existam lacunas, que poderão desaparecer à medida que se desenvolvam pesquisas que procurem reconstruir historicamente cada uma destas instituições. Apesar disso, o mapeamento inicial já permite algumas considerações sobre a história da educação no Norte Pioneiro. Na sequência, os resultados serão apresentados organizados por década e ao final serão apontadas algumas questões.

O primeiro grupo escolar começou a ser construído em 1910, no município de Jacarezinho, tendo sido inaugurado em 1912. Esta instituição, o *Grupo Escolar Custódio Raposo*, foi a única deste tipo até meados da década de 1920, quando foi fundado o *Grupo Escolar de Ribeirão Claro*, em 1925. Até o final da década de 1920, mais sete localidades receberam prédios para abrigar grupos escolares: Affonso Camargo (1927), Cambará (1928), Carlópolis (1928), Santo Antônio da Platina (1928), Colônia Mineira (1928), Tomazina (1928) e Brazópolis (1929). Nos anos 1930, foram inaugurados mais quatro grupos. A construção destas escolas se insere no contexto do início das reformas educacionais empreendidas por César Prieto Martinez e Lysímaco Ferreira da Costa nos anos 1920 e acompanham o aumento da produção cafeeira na região.

A partir dos anos de 1940 até 1971, o número de escolas criadas na região cresceu significativamente. Ao todo, foram fundados 13 grupos escolares na década de 1940. Nos anos 1950, período de criação do maior número de grupos escolares, foram inauguradas 33

instituições. Isto representa cerca de 42,86% do total de grupos da região, em todo o período estudado. Por fim, nos anos 1960 até 1971, foram criados mais 18 grupos escolares. Os dados são apresentados no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Expansão de Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná no período de 1910 a 1971, por década.

Expansão de Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná no período de 1910 a 1971, por década		
Período	Número de GEs criados	Percentual do total <sup>18</sup>
1910 a 1919	1	1,29%
1920 a 1929	8	10,39%
1930 a 1939	4	5,19%
1940 a 1949	13	16,89%
1950 a 1959	33	42,86%
1960 a 1971	18	23,38%
<b>TOTAL</b>	<b>77<sup>19</sup></b>	<b>100%</b>

Fonte: PARANÁ, 1904-1928. Elaborado pelo autor com base na consulta aos documentos disponíveis no Arquivo Público do Paraná.

Do ponto de vista geográfico, a expansão dos grupos escolares na região acompanhou, em grande parte, o desenvolvimento econômico. Conforme as obras da estrada de ferro avançaram para oeste, isto possibilitou o surgimento de novos núcleos populacionais e consequentemente de escolas de instrução primária. Pode-se observar, por exemplo, que no período de 1940 a 1949, a maior parte destas escolas foi implantada em municípios das microrregiões de Cornélio Procópio e Assaí, que se localizam mais a oeste na região, próximas do rio Tibagi. Naquele contexto, o centro econômico de todo o norte do Paraná estava migrando para o Norte Novo, especialmente para as regiões de Londrina e Maringá, sobretudo a partir da ação planejada da CTNP. Os dados apresentados a seguir, no quadro 2, permitem melhor visualização desse processo.



Quadro 2- Expansão dos Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná, por microrregião, por década.

Expansão dos Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná, por microrregião, por década								
Microrregião	Número de Grupos Escolares criados							TOTAL
	1910-1919	1920-1929	1930-1939	1940-1949	1950-1959	1960-1971	Não identificados	
Assaí	0	0	0	3	7	2		12
Cornélio Procópio	0	0	0	8	10	7	4	29
Ibaiti	0	0	3	1	4	3	1	12
Jacarezinho	1	3	0	1	7	4		16
Wenceslau Braz	0	5	1	0	5	2		13
Total na Mesorregião	1	8	4	13	33	18	5	82

Fonte: PARANÁ, 1904-1928. Elaborado pelo autor com base na consulta aos documentos disponíveis no Arquivo Público do Paraná.

Além de acompanhar o desenvolvimento econômico da região, vale destacar também que no que se refere à política educacional, o período que se estende de 1940 a 1971 foi marcado no Paraná pela consolidação e expansão do ideário da Escola Nova, especialmente pelas ações de Erasmo Pilotto, conforme observou Maria Elisabeth Blanck Miguel (2011). Desse modo, parte importante daquele projeto era levar a instrução para o interior, em zonas pouco atendidas pela educação escolar, como era o caso do Norte Pioneiro.

## CONCLUSÃO

Neste texto procurou-se contribuir com o debate sobre um tema importante na história da educação brasileira que tem sido cada vez mais abordado pela historiografia educacional: a instrução primária, especialmente aquela ligada aos grupos escolares. Estas instituições educacionais, a partir do estado de São Paulo, em 1893, tornaram-se sinônimo de instrução primária republicana e ao longo do século XX, se disseminaram por vários estados brasileiros. Como um modelo cultural em circulação, os grupos escolares foram



implantados nas diferentes situações com inspiração no modelo paulista, mas com soluções regionais diversas.

O objetivo central foi apresentar um mapeamento dos grupos criados na mesorregião chamada de Norte Pioneiro do Paraná, no período de 1910 a 1971<sup>20</sup>. Com base na documentação consultada, foi possível identificar a existência de 82 grupos escolares nesse período. A criação e expansão dessas escolas pela região foi analisada de forma contextualizada, considerando questões de ordem econômica e de política de Estado para a educação, como chaves de interpretação da difusão da instrução primária. Desse modo, a criação dos grupos no Norte Pioneiro, foi associada a dois fatores: ao crescimento populacional e urbano, motivados especialmente pela produção cafeeira e pela construção da estrada de ferro São Paulo-Paraná e às políticas educacionais marcadas pela expansão do ideário escolanovista no Estado.

Ao optar por um recorte regional, este texto procurou identificar no regional aquilo que havia de particular sem perder de vista, em seu horizonte, as questões mais abrangentes da totalidade. Considerando o reduzido número de pesquisas sobre a região analisada, este texto se inseriu e pretendeu contribuir com as discussões sobre a reconstrução histórica das instituições escolares brasileiras em um espaço geográfico pouco estudado. Desse ponto de vista, constitui um esforço de mapeamento inicial, que futuramente objetiva ser um dos pontos de partida para o desenvolvimento coletivo de novas investigações sobre a educação na região.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, M. M. C. A reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (Org.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011a. p. 5-30.
- CARVALHO, M. M. C. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T. et al. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b. p. 225-254.
- CASTRO, E. A. de. **Arquitetura das escolas públicas no Paraná (1853-1955)**. 2010. 364 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- MIGUEL, M. E. B. A reforma da escola nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (Org.). **Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Ed. da EDUFU, 2011. p. 121-137.
- MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Ed. ver. e amp. Maringá: Ed. da EDUEM, 2009.





- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2009.
- PARANÁ (Estado). Código de Ensino de 1917. Curitiba: **Tipografia da República**, 1917a.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1904.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1909.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1910.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1911.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1912.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1917b.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1920.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1921.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1923.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1927.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia da República**, 1928.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Tipografia do Diário Oficial**, 1913.
- PARANÁ (Estado). Mensagem de Governo. Curitiba: **Typ. Da Livraria Econômica**, 1905.
- PARANÁ (Estado). Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba: **Tipografia do Diário Oficial**, 1915.
- SAVIANI, D. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, D. et al. (Org.). **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 7-32.
- SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D. et al. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 9-54.
- SAVIANI, D. O local e o nacional na historiografia da educação brasileira. In: ROSÁRIO, M. J. A. do.; MELO, C. N. de.; LOMBARDI, J. C. (Org.) **O nacional e o local na história da educação**. Campinas: Alínea, 2012. p. 13-30.



SCHELBAUER, A. R. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná. **Revista História da Educação (online)**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/05.pdf>> Acesso em: 29 maio 2018.

SOUZA, J. V. de. **Norte Pioneiro, Norte Velho**: Siqueira Campos no cenário do Norte do Paraná. 21. ed. Curitiba: Imprensa oficial, 2007.

SOUZA, R. F. de. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. et al. (Org.). **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. rev. e amp. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 33-84.

SOUZA, R. F. de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D. et al. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 101-152.

SOUZA, R. F. de. Prefácio. In: ARAÚJO, J. C. S. et al. (Org.). **Grupos escolares na modernidade mineira**: Triângulo e Alto Parnaíba. Campinas: Alínea, 2012.

TOMAZI, N. D. **Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

WACHOWICZ, R. C. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.

## Notas

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na XIV Jornada do Histedbr realizada em Foz do Iguaçu, em maio de 2017.

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor adjunto do Centro de Ciências Humanas e da Educação, na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), *campus* de Jacarezinho.

<sup>3</sup> Consulta realizada em abril de 2018, utilizando como palavra-chave “grupo escolar”. Sistema de busca disponível em <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

<sup>4</sup> Existiram Grupos Escolares Rurais e o estado do Paraná pode ser tomado como exemplo. Há inclusive estudos sobre estas escolas, como o de Analete Regina Schelbauer (2014). No entanto, o padrão era a criação dessas instituições em centros urbanos.

<sup>5</sup> O Norte Velho (ou Pioneiro) é uma das dez mesorregiões do estado do Paraná e está localizado entre os rios Itararé, Tibagi e Paranapanema, tendo ao sul, como limites, os municípios de Curiúva e Wenceslau Braz. Sua área compreende mais de 16 mil km<sup>2</sup> e é composta por 46 municípios de pequeno e médio porte, que estão divididos em cinco microrregiões: de Assaí, de Cornélio Procópio, de Ibaiti, de Jacarezinho e de Wenceslau Braz. A população soma cerca de 540.000 habitantes, que equivale a aproximadamente 5% da população total do Paraná.

<sup>6</sup> O norte do Paraná atraiu grande número de migrantes de outros estados brasileiros na primeira metade do século XX, especialmente pela atrativa combinação das terras férteis (terra roxa) e do clima favorável para o cultivo de café. Desse modo, não é raro encontrarmos referências à região como a “Terra da Promissão”, o “Paraíso da Terra Roxa” ou o “Eldorado”. (WACHOWICZ, 1987).

<sup>7</sup> Marta M. Chagas de Carvalho (2011a) argumenta que esta Reforma inverteu a lógica que orientava a institucionalização e expansão da escola pública no estado de São Paulo, ao pôr em cena um programa de inclusão escolar de populações marginalizadas e fundamentalmente comprometido com a erradicação do analfabetismo e a difusão de um modelo escolar capaz de promover a formação do cidadão republicano. Apesar



de ter sido revogada em 1925, a Reforma se constituiu como ponto de referência, retomado constantemente ao longo do século XX no debate sobre a democratização da escola brasileira.

<sup>8</sup> Dados sobre os edifícios escolares no Paraná nesse período podem ser consultados a partir do trabalho de Elizabeth Amorim de Castro (2010).

<sup>9</sup> Francisco Xavier da Silva governou o Paraná em quatro momentos: entre 1892 e 1893, entre 1894 e 1896, de 1900 a 1904 e de 1908 a 1912.

<sup>10</sup> Vicente Machado da Silva Lima presidiu o Paraná de 1893 a 1894 e entre 1904 e 1906.

<sup>11</sup> Eram cinco prédios na capital: GE Dr. Xavier da Silva, GE Cruz Machado, escolas Tiradentes e Carvalho Oliveira Bello e o Jardim de Infância. Em outras localidades havia prédios em Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Antonina e em Paranaguá (2). (PARANÁ, 1909).

<sup>12</sup> Carlos Cavalcanti de Albuquerque governou o Paraná entre 1912 e 1916.

<sup>13</sup> Dois anos mais tarde, o Código de 1915 passou por uma remodelação e, no que diz respeito ao ensino primário, previu a criação de um Grupo Escolar Modelo na capital do Estado, composto de oito cadeiras, quatro para cada sexo (PARANÁ, 1917a, Art. 70). Isto pode ser entendido como um esforço em estabelecer certa padronização para a instrução primária pública estadual via exemplo de uma escola modelar.

<sup>14</sup> Affonso Alves de Camargo governou o estado do Paraná em três oportunidades: entre 1912 e 1916, entre 1916 e 1920 e de 1928 a 1930.

<sup>15</sup> A partir do levantamento realizado por Castro (2010), somente o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva previa a construção de 6 salas de aula. Os demais grupos construídos até o final de 1920 tinham projetos arquitetônicos de prédios com 4 salas de aula.

<sup>16</sup> Segundo MIGUEL (2011), na primeira fase se destacam as figuras de César Prieto Martinez e de Lysímaco Ferreira da Costa, diretor da Escola Normal do Paraná, que a transformou em 1923, em Escola Normal Secundária. A partir de 1938, destaca-se Erasmo Pilotto e sua atuação na Escola de Professores de Curitiba.

<sup>17</sup> Mais tarde, em 1944, em função das dificuldades econômicas ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial, os ingleses venderam a CTNP para um grupo de capitalistas paulistas. A partir de 1951, passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que se dedicou à venda de lotes e também à agricultura, pecuária e desenvolvimento industrial na região. Mais informações disponíveis no sítio eletrônico da CMNP: <http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/historia/> acesso em 27 de abril de 2018.

<sup>18</sup> Considera apenas os 77 GEs cujo ano de fundação foi estabelecido.

<sup>19</sup> Embora a pesquisa tenha identificado a existência de pelo menos 82 GEs na documentação consultada, há cinco grupos para os quais não foi possível estabelecer precisamente a data de fundação. São eles: os GEs Antenor Moretti e da Vila Maria, da cidade de Bandeirantes, o GE Noturno Gioconda Ida Negrão, de Andirá, o GE André Seugling, de Cornélio Procópio e o GE Caetano Munhoz da Rocha, de Ibaiti.

<sup>20</sup> O inventário completo será disponibilizado no blog do Grupo de Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Norte Pioneiro do Paraná (HISTEDNOPR)”, disponível em: <<http://www.histednopr.blogspot.com>>.

**Submetido em:** 27/04/2018

**Aprovado em:** 28/05/2018

**Publicado em:** 22/06/2018